

IFES - CAMPUS NOVA VENÉCIA

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23159.003157/2025-55

2. Descrição da necessidade**2.1 DA INTRODUÇÃO**

2.1.1 As contratações de serviços e aquisição de produtos devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

2.1.2 Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021 pela IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; pela IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.3 Este Estudo Técnico Preliminar busca verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada em serviços de Recepção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

2.1.4 A fim de balizar e nortear os atos administrativos que se emanarão da pretensa contratação, faz-se mister listar as normativas legais que virão disciplinar a contratação de serviços, de acordo com a sua natureza.

2.2 DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO NORTEAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2.2.1 Em exame do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação, estudou e pretende adequar o planejamento, a contratação e a fiscalização à luz dos seguintes normativos:

a) Lei nº 15346/2026, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de **2026**;

b) Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

c) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

d) Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

e) Lei 14.133/2021 que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

f) Decreto nº 8.538/15, que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

g) Decreto Federal 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

h) Decreto Federal 10.947/2022 que regulamenta o inciso VII do **caput** do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

i) IN SLTI/MPOG Nº01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

j) IN SEGES Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

k) IN SEGES Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

l) ORIENTAÇÃO NORMATIVA INTERNA Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021, que dispõe sobre os procedimentos para autuação e instrução de processos de pagamento de despesas em geral, originadas e gerenciadas pelo IFES-Campus Nova Venécia;

m) PORTARIA DG/NV Nº 29, DE 19 DE JANEIRO DE 2022, que dispõe sobre os procedimentos administrativos gerais relativos a fase de planejamento, seleção de fornecedor, fiscalização e gestão de contratos sob a administração do Ifes Campus Nova Venécia;

n) PORTARIA DG/NV Nº 65, DE 07 DE MARÇO DE 2022, que dispõe sobre a abertura, cadastro, autuação e movimentação de processos eletrônicos e documentos digitais no âmbito do Ifes Campus Nova Venécia.

2.3 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.3.1 Considerando a necessidade de manter permanentemente o serviço de atendimento e informação aos alunos e comunidade em geral, bem como o controle de entradas e saídas destes, buscando desta forma propiciar maior bem estar daqueles que se utilizam das dependências do Campus, dando-lhes a devida noção de referência quanto aos aspectos de zelo e organização do bem público, justifica-se a contratação.

2.3.2 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepção é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades do Campus Nova Venécia do IFES.

2.3.3 O Campus Nova Venécia não dispõe, em seu quadro de servidores, dos perfis profissionais de que necessita para suprir os serviços objeto deste instrumento, assim como, necessita de profissionais qualificados e habilitados para realizar os serviços mencionados. Por esse motivo, esses serviços poderão ser terceirizados em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e alterações. A contratação dos serviços de recepcionista vem suprir, ainda, a lacuna deixada pela Lei nº. 9.632, de 07/05/1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de recepcionista.

2.3.4 A contratação proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que:

- I. Será exercida dentro dos limites do Campus, por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;
- II. Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra, para os postos de serviço, que possibilitam maior eficiência do efetivo utilizado;
- III. Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;

IV. Os padrões aqui definidos que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

V. Os parâmetros definidos para o objeto da contratação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

2.3.5 Tendo em vista que a principal missão das atividades-meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços de recepção.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Serviços Auxiliares e Transporte	Romildo Pratti da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto que se pretende contratar deve ser classificado como SERVIÇO.

4.2 O objeto que se pretende contratar pode ser, ainda, subclassificado como SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

4.3 O contrato entre as partes terá o prazo de execução e vigência definido no Termo de Referência, inclusive sobre o detalhamento das condições e possibilidade de aditamentos e apostilamentos.

4.4 As exigências de HABILITAÇÃO das licitantes e possíveis contratadas serão estabelecidas no termo de referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Diante da inexistência de cargos que possuam atividades para execução dos serviços de recepção no âmbito do IFES, conforme Lei nº 9.632/98, a contratação de mão de obra terceirizada apresenta-se como única alternativa possível para atender a necessidade do órgão.

5.2 Levantamento de possível solução é contratação serviço de recepção por posto de trabalho, com alocação de mão de obra, por se tratar da alternativa oferecida no mercado que melhor nos atende, pois caso optasse pela prestação de serviço por demanda, não teríamos a figura do profissional qualificado diariamente no Campus para manter permanentemente o serviço de atendimento e informação aos alunos e comunidade em geral, bem como o controle de entradas e saídas destes, buscando desta forma propiciar maior bem estar daqueles que se utilizam das dependências do Campus.

5.3 Deve-se ter como referência para a contratação Convenção Coletiva de Trabalho de Sindicato sediado no Estado do Espírito Santo.

5.4 A metodologia utilizada para estabelecimento do valor referencial da contratação, bem como a estimativa do valor da contratação, está detalhado no item 8 abaixo.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A contratação tem como objeto a prestação do serviço de mão de obra terceirizada para desempenho das atividades de recepção nas dependências do Ifes - Campus Nova Venécia, para desempenho das atividades relacionadas abaixo:

6.1.1 Recepcionista – CBO: 4221-05 – *Postos de trabalho: 02*

6.2 A prestação dos serviços de recepção em locais fixados pela Administração que envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada, de acordo com Convenção Coletiva de Trabalho.

6.3 As principais atribuições das Recepcionistas no Ifes Campus Nova Venécia estarão descritas em tópico específico do Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo que se pretende contratar visa atender minimamente a necessidade permanente do serviço de recepção nas Instalações do Ifes Campus Nova Venécia.

7.2 02 (duas) Recepcionistas, tendo em vista que o Ifes Campus Nova Venécia oferece cursos com aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno, com funcionamento das 7 às 22 horas e precisamos de atendimento qualificado na recepção do Campus para os três turno.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 144.890,04

8.1. Neste tópico são apresentadas as metodologias legais utilizadas para o estabelecimento do preço referencial da contratação, tendo por base nos incisos e parágrafos do caput do art. 23 da Lei 14.133/2021, complementarmente com a IN SEGES Nº 65/2021.

8.2. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ **12.074,17** (doze mil, setenta e quatro reais e dezessete centavos) mensal e R\$ **144.890,04** (Cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais e quatro centavos) global, conforme detalhado abaixo:

Órgão Contratante	Número do Processo	Fornecedor Contratado	CNPJ Contratado	Vr. Mensal – 02 Postos	Vr. Global - 12 meses
Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Aracruz	23150.001169/2022-82	MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	19.088.605/0001-04	R \$ 9.875,52	R \$ 118.506,24
Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Nova Venécia	23159.002572/2025-91	MAIA SILVA EMPREENDIMENTOS LTDA	03.609.079/0001-40	R \$ 9.925,05	R \$ 119.100,60

Ministério de Minas e Energia	48340.002513/2025-97	INSTITUTO SOCIAL SE LIGA	29.846.409/0001-05	R \$ 11.570,84	R \$ 138.850,08
Secretaria de Administração da Presidência da República	00088.000280/2025-08	GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	12.531.678/0001-80	R \$ 13.227,98	R \$ 158.735,76
MÉDIA DOS VALORES – CCT 2025				R \$ 11.149,85	R \$ 133.798,17
Atualização do valor médio por Termo Aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, protocolado em 26/01/2026, com reajuste do salário em 8,29%.				R \$ 12.074,17	R \$ 144.890,04

8.3. Para alcançar o valor estimado consultamos processos de contratações vigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, bem como de outros órgãos públicos, conforme detalhado na tabela acima. As contratações consultadas são de valores formados considerando Convenção Coletiva de Trabalho de 2025, tendo em vista os valores ainda não terem sido ajustados entre Empresas Contratadas e Órgãos Contratantes por apostilamento, devido a Convenção Coletiva de Trabalho de 2026 ter sido protocolada recentemente e não termos tempo hábil para aguardar, tendo em vista o fim da vigência de nossa contratação atual em 31/05/2026. Desta forma atualizamos o valor estimado conforme reajuste do salário pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2026 em 8,29%.

8.4. As fontes de pesquisa utilizadas para coleta das cotações para formação do valor estimado para contratação foram:

I – Para os Campi Aracruz e Nova Venécia do instituto Federal do Espírito Santo, foi realizada consulta no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC disponível no site: <https://sipac.ifes.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

II – Para o Ministério de Minas e Energia e Secretaria de Administração da Presidência da República, foi realizada consulta, em 27/01/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no site: <https://pncp.gov.br/app/contratos>.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Na contratação em questão, por ser a contratação única e indivisível, não há que se falar em parcelamento. A contratação deve ser de um único serviço, ou seja, Recepção.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Verificado o escopo do objeto a ser contratado não se vislumbra correlação ou interdependência desta com outra contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, tendo em vista que na época da elaboração do planejamento anual havia a possibilidade de renovação do contrato em vigor.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Busca-se com esta contratação, em razão dos novos estudos, maior eficiência e economicidade através das medições, frequências e periodicidades levantadas, pela experiência de contratações anteriores e produtividades observadas e dispostas na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em exame do caso concreto verificamos que não há nenhuma providência que já não faça parte da rotina e dos protocolos de trabalhos desta unidade e que mereça novo destaque.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em exame do caso concreto verificamos que a presente contratação não gerará nenhuma impacto ambiental que envolva a responsabilidade direta desta unidade contratante, no entanto aquelas de responsabilidade da contratada serão observadas, via de regra, no Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Em exame do caso concreto a Equipe de Planejamento da Contratação se manifesta pela **VIABILIDADE TÉCNICA-AMBIENTAL-FINANCEIRA E SÓCIO ECONÔMICA** da contratação.

15.2 Quanto ao quesito da classificação do objeto nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entende-se pela sua natureza como **NÃO SIGILOSO** em sua integralidade.

15.3 Após termos recebido o Documento de Formalização de Demanda, procedemos com o estudo, exame e conclusão deste Estudo Técnico Preliminar que segue devidamente assinado pelos seus respectivos membros:

Equipe de Planejamento da Contratação

Portaria GDG nº 377, de 28 de outubro de 2025.

Ordem	Servidor	Matrícula Siape	Perfil
01	Romildo Pratti da Silva	1651835	Demandante - CSAT
02	Andressa Salvador Castellan	1789096	Administrativo - CGAOF
03	Sollyvan Rangel Mazziolli	1920311	Administrativo - CSAT

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROMILDO PRATTI DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 13:38:34.



ETP DIGITAL - IN N° 40/2020 N° 1/2026 - NOV-CAT (11.02.26.01.06.01.06)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/02/2026 17:05)

ANDRESSA SALVADOR CASTELLAN

COORDENADOR(A) (TITULAR)

NOV-CGAO (11.02.26.01.06.01)

Matrícula: 1789096

(Assinado digitalmente em 19/02/2026 16:39)

ROMILDO PRATTI DA SILVA

COORDENADOR(A)

NOV-CAT (11.02.26.01.06.01.06)

Matrícula: 1651835

(Assinado digitalmente em 20/02/2026 15:10)

SOLLYVAN RANGEL MAZZIOLLI

AUXILIAR EM ADMINISTRACAO

NOV-CAT (11.02.26.01.06.01.06)

Matrícula: 1920311

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo:
ETP DIGITAL - IN N° 40/2020, data de emissão: **19/02/2026** e o código de verificação: **68bebc8606**